

Acordo com FMI sai na segunda ou terça

Brasília — Numa expectativa otimista, o Brasil e o Fundo Monetário Internacional assinam novo acordo segunda-feira, anunciou ontem o assessor de imprensa do Ministério do Planejamento, Gustavo Silveira. Para ser realista, contudo, ele admitiu mais tarde, após conversas com Alexandre Kafka — governador do Brasil no Fundo — que o documento deverá ser firmado terça-feira.

O acordo está sendo montado com uma hipótese de inflação de 138% em dezembro, taxa que implicará ampliação dos tetos relativos à expansão do crédito interno líquido e do déficit público, revelou em seguida o chefe da assessoria econômica do Ministério, Akihiro Ikeda. A taxa média, apurada em 12 meses, porém, deverá situar-se em 125%, acrescentou.

Déficit

Qualificada fonte da área monetária, que conhece as cifras levadas à mesa de negociações, acrescentou que as divergências situam-se principalmente em torno de Cr\$ 300 bilhões. O Brasil deseja reduzir o déficit público para um percentual de 3,5% do PIB, estimado em Cr\$ 130 bilhões, mas a missão quer uma queda ainda menor, de 3,2%. A novidade de ontem, comentada por Ikeda e por Nélson Mortada, secretário da Sest, é que os dois lados debatem também a conversão do déficit "real" do setor público em ORTNs.

— O ORTN é um parâmetro de avaliação do déficit público, se aumenta ou não, em termos reais. Se no início você está devendo mil ORTNs, e no fim do ano (ainda) está devendo mil ORTNs, o aumento real é zero — explicou Ikeda.

Mas, relevante, qualquer que seja o critério, é o déficit.

O acordo, explicou um dos partici-

pantes da reunião, implicará a assinatura de um novo adendo à Carta de Intenção que, no caso, deverá mencionar a existência de duas metodologias de aferição tanto do déficit quanto do crédito líquido, uma brasileira e outra do Fundo, contou outra fonte com acesso aos debates.

Pelos critérios do FMI, o crédito interno líquido deverá ser de Cr\$ 14 trilhões no final de 83 (Cr\$ 7 trilhões 200 bilhões na versão brasileira) e o déficit público equivale a 17,5% do PIB (3,5% de acordo com o Brasil, mas o Fundo insiste em 3,2%). A diferença essencial entre as duas contabilidades é que o FMI apura saldos finais, inclui a correção monetária e leva em consideração o efeito monetário das contas cambiais. O Brasil confere os fluxos (o crescimento de um nível para o outro), não faz a aplicação da correção monetária e neutraliza o efeito das contas cambiais (que resumem todas as operações com moeda estrangeira).

Akihiro Ikeda defendeu o decreto que rebaixou o reajuste salarial para apenas 80% do INPC alegando que se ele não fosse adotado a alternativa seria uma política monetária extremamente rigorosa daqui para a frente, o que aprofundaria a recessão. Mas os salários, em sua opinião, não são a principal causa da inflação, e sim o déficit público, que também será compromido com a soma de todas as medidas tomadas até agora.

As conversações continuarão hoje com nova reunião, esta de caráter mais técnico, voltada sobre os números. Um sintoma de que elas entraram, de fato, na reta final foi a retirada apressada, ontem, do técnico Hans Flikenschild, que disse estar a caminho do aeroporto rumo aos Estados Unidos, mas cumprindo férias, e não missão oficial.